



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LIVE FRANÇA DE CARVALHO

A GEOGRAFIA DO SAGRADO:

A INSERÇÃO DO RECÔNCAVO DA GUANABARA NO IMPÉRIO
PORTUGUÊS POR INTERMÉDIO DO CATOLICISMO NO SÉCULO XVIII

NOVA IGUAÇU

2010



Live França de Carvalho

A GEOGRAFIA DO SAGRADO:

A inserção do Recôncavo da Guanabara no Império português por intermédio do catolicismo no século XVIII

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial a obtenção do título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof. Orientador: Álvaro Pereira Nascimento

Nova Iguaçu,
2010



LIVE FRANÇA DE CARVALHO

A GEOGRAFIA DO SAGRADO:

A inserção do Recôncavo da Guanabara no Império português por intermédio do catolicismo no século XVIII.

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial a obtenção do título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Álvaro Pereira Nascimento - UFRRJ

Profa. Dra. Beatriz Catão Cruz Santos - UFRJ

Prof. Dr. José Costa D'Assunção Barros - UFRRJ



Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe, Jaciara França, que sempre será meu “alicerce” e, sobretudo, meu modelo de mulher, competente, guerreira e dedicada.

Ao meu namorado, Denis Pessoa, que como companheiro e cúmplice esteve ao meu lado nesta jornada acreditando na minha capacidade profissional.

Aos meus irmãos, Yves, Igor e Iago, que mesmo tão jovens, estiveram ao meu lado em silêncio nos momentos mais difíceis.

Ao meu pai, Gilson de Carvalho (in memoriam), que sempre se orgulhou das conquistas da sua “menininha”.



Agradecimentos

A prof^a Doutora, Beatriz Catão, por me incentivar e orientar durante dois anos.

Aos meus amigos de curso por dividirem comigo os momentos de alegria, bem como os de incerteza.

Ao arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, sem o qual este trabalho não seria possível.

Aos professores da UFRRJ, por me prepararem para a realidade da minha profissão.

A minha mãe, ao meu namorado, aos familiares e amigos por caminharem junto a mim nesta árdua jornada.

Resumo

Este trabalho propõe o estudo de práticas religiosas de origem católica no Recôncavo da Guanabara, atual Baixada Fluminense, no século XVIII. Deu-se preferência à transcrição e à análise de documentos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, especificamente os Breves apostólicos referentes a pedidos de oratórios privados e altares privilegiados. Desta forma, foi possível relacionar as informações dos breves apostólicos às informações retiradas das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) e das *Visitas Pastorais do Monsenhor Pizarro* (1794).

Houve a possibilidade, a partir da análise bibliográfica e documental, de demonstrar a inserção do Recôncavo da Guanabara, no século XVIII, no Império português, por meio das tentativas em criar e manter práticas católicas nas capelas da região. Estas práticas religiosas resultariam na ocupação da região pelo estímulo à devoção, numa espécie de “geografia do sagrado”. Como parte desta geografia, discute-se a relação entre santos e devotos vivenciada no Recôncavo da Guanabara, sobretudo, pelo culto mariano, considerando que a maior parte das capelas, assim como os ornamentos que a compunham seriam utilizados e mantidos em nome da virgem Maria.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. RELIGIOSIDADE COLONIAL: UM BREVE DEBATE BIBLIOGRÁFICO	10
3. A RELAÇÃO ENTRE SANTOS E DEVOTOS.....	13
3.1 A HERANÇA MEDIEVAL	13
3.2 A RELAÇÃO ENTRE SANTOS E DEVOTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA	14
3.3 DEVOÇÃO E CULTO MARIANO	16
4. A TIPOLOGIA DAS FONTES	18
4.1 METODOLOGIA	18
5. A GEOGRAFIA DO SAGRADO NO RECÔNCAVO DA GUANABARA	20
5.1 AS CAPELAS DO RECÔNCAVO DA GUANABARA	21
5.2 DEVOÇÃO MARIANA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA	24
5.3 A SIMBOLOGIA DOS ORATÓRIOS	26
5.4 OS IMPETRANTES	28
5.5 OS ORNAMENTOS E IMAGENS SAGRADOS.....	31
6. CONCLUSÃO.....	35
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
8. ANEXOS.....	42

1. INTRODUÇÃO

A partir do projeto de iniciação científica, *Irmandades, capelas e rituais no Rio de Janeiro do século XVIII*¹, houve a possibilidade de analisar algumas práticas religiosas, de origem católica, na região do Recôncavo da Guanabara, atual Baixada Fluminense, sobretudo a identificação de capelas na região no mesmo período.

A primeira tentativa, no que tange ao assunto abordado, pretendeu reunir informações relevantes que estabelecessem alguma correspondência entre o Bispo de Guadalupe² e a existência da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, no orago de Marapicú. A região do Recôncavo da Guanabara era dividida em Freguesias, cada uma com uma igreja matriz e suas respectivas capelas. Geralmente as Freguesias recebiam os nomes de suas igrejas matrizes, demonstrando a organização geográfica de origem católica da região. As capelas do Recôncavo da Guanabara do período em questão foram descritas nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro, em 1794³, documento escolhido como “ponto de partida” para esta pesquisa.

Embora não tenha sido possível trabalhar a hipótese da relação entre o Bispo de Guadalupe e a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, por falta de fontes sobre o assunto, a pesquisa possibilitou a reunião de documentos que permitiram uma análise geral da importância das capelas na região. A partir desta proposta, observou-se a possibilidade de estudar algumas das práticas religiosas de origem católica, sobretudo os pedidos de oratórios privados e altares privilegiados, relacionados a estas capelas. Vale lembrar que, segundo Gilberto Freyre (2006. p.271), a igreja que teria agido na formação “brasileira” não foi a catedral, tampouco a igreja isolada, mas a capela de engenho adaptada as necessidades locais e, portanto, ela seria uma das expressões da colonização. Este trabalho compromete-se a estudar as práticas religiosas de origem católica nas capelas do Recôncavo da Guanabara no

¹ Este projeto foi orientado pela Professora Doutora Beatriz Catão Cruz Santos, desenvolvido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Tinha como objetivo inicial analisar práticas religiosas, culturais e políticas de origem católica no Rio de Janeiro do século XVIII. Teve início em março de 2008 e término em março de 2010.

² Segundo Beatriz Santos, D. Antônio de Guadalupe teria sido bispo do Rio de Janeiro entre 1725 e 1740. Suas ações teriam contribuído para a transformação das práticas religiosas no Rio de Janeiro. Por meio de seus escritos pastorais, o Bispo de Guadalupe pretendia “reformular os costumes” da cidade e adjacências. SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Santo do Bispo*. Topoi, v.7, n.13. 2006.

³ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000.

século XVIII, considerando as diversas formas de vivenciar a religiosidade na América Portuguesa e a relação entre santos e devotos na Colônia, sobretudo por meio do culto à virgem Maria.

Tendo em vista o pequeno número de trabalhos acadêmicos que se dedicam a analisar a região do Recôncavo da Guanabara, faz-se evidente a relevância de pesquisas sobre a região, ressaltando sua importância para a historiografia. Além disso, estudos sobre a região permitem seu entendimento como parte do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, parte da América Portuguesa, desta forma inserindo-a em determinadas noções próprias da sociedade colonial, neste caso, por exemplo, a relação entre santos e devotos.

Considerando alguns trabalhos como a dissertação de mestrado de Denise Demétrio (2008) já se pode notar a importância econômica do Recôncavo da Guanabara nos séculos XVII e XVIII, graças ao “caminho do ouro”⁴. Segundo a autora, o caminho do ouro em Minas Gerais teria inserido o Recôncavo da Guanabara nas rotas comerciais, já que a região se encontrava geograficamente bem localizada e cercada por rios que facilitavam a circulação de mercadorias entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Sendo assim, tendo em vista a presença de engenhos na região e o crescimento demográfico, decorrente do aumento de mão-de-obra, pode-se considerar a necessidade em manter e construir templos católicos que seriam uma espécie de referência religiosa para esta população.

O projeto de iniciação científica, citado anteriormente, demonstrou a possibilidade de aprofundar a pesquisa sobre a região do Recôncavo da Guanabara no que diz respeito à representação das práticas religiosas de origem católica. Foram utilizadas, para a elaboração deste trabalho, referências bibliográficas sobre religiosidade colonial, as *Visitas Pastorais do Monsenhor Pizarro* (1794), as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁵ (1707), bem como a análise de outras documentações eclesiásticas. Desta forma, procurou-se analisar como os rituais cristãos, desenvolvidos nos interiores das capelas ou fora deles, foram

⁴ Segundo Guilherme Peres (2004) havia três caminhos entre o Rio de Janeiro, através do Recôncavo da Guanabara, e Minas Gerais: “o caminho novo do Pilar ou do Guaguassu ou ainda de Garcia Rodrigues Pais; o caminho novo de Inhomirim ou caminho de Bernardo Soares de Proença; o caminho do Mestre de Campo Estevão Pinto ou Caminho Novo do Tinguá. Guilherme Peres, *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Duque de Caxias: Consórcio de Edições, 1996. Citado em: Tânia Amaro. *Rio de Janeiro: Desenvolvimento e retrocesso*. In: *Revista Pilares da História* – maio/2004, p. 55

⁵ Vigorou como um dos principais documentos da legislação eclesiástica da América Portuguesa durante o período colonial. Pretendia adaptar as ordens do Concílio de Trento às condições locais de religiosidade colonial

adaptados ou não às condições sócio-culturais da localidade, considerando a relação entre santos e devotos na América portuguesa, além de discutir por meio de quais agentes e vias a devoção à virgem Maria foi estimulada no Recôncavo da Guanabara.

2. RELIGIOSIDADE COLONIAL: UM BREVE DEBATE BIBLIOGRÁFICO

Para iniciar a reflexão sobre religiosidade colonial, faz-se necessário retomar alguns nomes da historiografia estabelecendo um diálogo com trabalhos de Antropologia e Sociologia. Acredita-se que a análise de produções diversas contribui para o enriquecimento da pesquisa devido às visões e questionamentos diferenciados, sobretudo no que diz respeito à religiosidade. Segundo, José D'assunção Barros (2004. p.21), a “hiper-especialização” em alguma área da História, a História econômica, por exemplo, pode limitar a visão do historiador, fazendo com que ele esqueça de que o mundo humano não pode ser separado em social, político ou mental.

Em se tratando de caracterizar a sociedade colonial, não se pode ignorar a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* (2006), tornando-se necessário ressaltar a importância do autor para estudos sobre religião e religiosidade no Brasil. O autor foi um dos pioneiros a utilizar fontes como diários, cartas e livros de receita, introduzindo fontes “não oficiais” ao ofício do historiador. Segundo o autor, o povo português teria sido marcado pela indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África. Esta indecisão resultaria no que foi nomeado por ele como “equilíbrio de antagonismos”, caracterizando o comportamento do português como flexível. (FREYRE, 2006. p.67) Esta caracterização não poderia ser diferente no que diz respeito à religião, considerando que esta teria recebido interpretações distintas, embora tivesse como base principal o catolicismo. Em meio a estas interpretações variadas, a função dos próprios santos católicos foi reinterpretada pelos fiéis, já que estas figuras divinas eram incorporadas ao cotidiano da Casa Grande.

Analisando especificamente *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, o antropólogo Ricardo Benzaquen de Araújo (2000) comprometeu-se a identificar as principais ideias propostas pelo autor sobre a influência do cristianismo na formação colonial da América Portuguesa. Neste contexto, é importante ressaltar a crítica de Ricardo de Araújo relacionada à concepção de “equilíbrio de antagonismos” de Gilberto Freyre. Segundo Ricardo de Araújo, deve-se observar a tentativa do autor em incluir o pecado como parte integrante da experiência cristã, recebendo uma conotação natural e humana. Dentro da perspectiva católica, havia a necessidade de combater, por meio da Igreja e da fé, esses vícios humanos, considerados como erros condenáveis (ARAÚJO, 2000. p.72). Sendo assim, pode-

se considerar dois tipos de catolicismo, segundo Gilberto Freyre: um catolicismo da festa, do sexo e da guerra e um segundo, racional e ortodoxo. Esta concepção estaria diretamente relacionada à grande admiração por parte do autor com relação aos franciscanos. Simpatia esta que se deveu ao fato de Gilberto Freyre tê-los considerado como um exemplo de humildade, modelo da paixão de Cristo e popularidade em contraposição aos jesuítas, mais preocupados em manter o catolicismo racional e o intelectualismo (ARAÚJO, 2000. p.73). De acordo com esta lógica, o Brasil resultaria da união entre essas paixões e as influências do catolicismo.

Há de se considerar o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda (1983) ao analisar o processo de formação da sociedade brasileira no que tange à caracterização desta sociedade sob duas perspectivas: a herança rural e o homem cordial.⁶ Para o autor, a persistência da tradição no Brasil colonial demonstraria a presença de uma herança rural. Esta tradição, sustentada por valores patriarcais, permitiria a manutenção da escravidão e, portanto, se estabeleceria como um sinal de atraso a partir das concepções de homem moderno europeu (HOLANDA, 1983. p.41-42). Neste contexto, pode-se entender a cordialidade brasileira, também, como traço desta herança rural. O homem cordial brasileiro seria capaz de sociabilizar-se, transformando as relações ao redor em relações cada vez mais pessoais e íntimas. Sendo assim, a religião no Brasil poderia ser considerada menos rígida, em comparação ao catolicismo europeu e teria sua representação em cultos mais terrenos, adequados ao apego concreto da colonização portuguesa. Este apego encontra-se implícito na análise de Laura de Mello e Souza sobre a obra *Visão do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda (2000). Para a autora, ao analisar as articulações possíveis entre mito e história, o autor defenderia que os portugueses seriam “mentalmente afeitos à tradição” e, portanto, há de se considerar a permanência de ideias próprias da Idade Média. Neste sentido, ao contrário dos espanhóis, que seriam caracterizados pela criatividade e imaginação, os portugueses permaneceriam insensíveis à visão edênica sobre a América. (HOLANDA, 2000. p. 545-546). Este “quase realismo” dos portugueses teria sido transferido para a religião, caracterizando o catolicismo na América Portuguesa, segundo Sérgio Buarque de Holanda, como uma “religiosidade de superfície”(HOLANDA, 2000. p.111-112).

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1983. 16ª ed. p.41-61;101-112.

Segundo Robert Wegner (2006), considerando os jogos de oscilações de Sérgio Buarque de Holanda, o homem cordial, ainda vinculado à herança rural deveria caminhar para a civilidade. Para isto, fazia-se necessária uma mudança na subjetividade e, portanto, na personalidade dos indivíduos. Esta mudança seria alcançada por meio da religião, à medida que os indivíduos passassem a agir conforme os mandamentos do catolicismo europeu, modificando o mundo ao mesmo tempo em que fossem modificados. (WEGNER, 2006. p.335-364). Desta forma, pode-se considerar os esforços em manter práticas católicas “ortodoxas” na América portuguesa. Este esforço pode ser interpretado como uma forma de ordenar a sociedade dentro dos valores cristãos, incluindo a tentativa de manter a tradição da Igreja Romana e, portanto, certa identidade católica, por meio dos signos e símbolos de suas práticas religiosas.

Sobre a construção de símbolos, pode-se considerar a perspectiva de Bronislaw Baczko (1985), que defendeu a ideia de que o imaginário social seria criado com a intenção de manter algum tipo de poder. Neste sentido, cada ordem deveria elaborar um conjunto de representações que seriam capazes de legitimar o seu poder perante a sociedade. Estes conjuntos de representações, inerentes à imaginação social, fabricariam também seus guardiães, detentores das técnicas de manejo e das representações e símbolos e, portanto, denominados pelos autor como “guardiães do sagrado”. Neste contexto, citando Marcel Mauss, Bronislaw Baczko afirmou que as técnicas de manejo se confundiriam com a prática de ritos reprodutores de um fundo mítico e, portanto, seriam configuradas como técnicas corporais.

A preocupação em manter práticas católicas de acordo com as normas ortodoxas, estabelecidas no Concílio de Trento, não exclui as diversas interpretações dos fiéis no cotidiano colonial. É importante ressaltar a coexistência entre as duas formas de culto, bem como os dois tipos de catolicismo definidos por Gilberto Freyre anteriormente.

3. A RELAÇÃO ENTRE SANTOS E DEVOTOS

Nos estudos referentes à religiosidade colonial pode-se perceber a diversidade nas relações entre os santos e seus devotos no cotidiano da América Portuguesa. Para compreender esta teia de relações há a necessidade de discutir algumas noções no que diz respeito à própria santidade. O modelo de perfeição cristã, representado na figura dos santos, não foi criado na Idade Moderna, tampouco na América Portuguesa, portanto há de se considerar o lugar dos santos no cristianismo medieval ocidental e as modificações que as noções de santidade sofreram até o início da Idade Moderna para que se possa compreender as transformações que resultaram na relação de “amor e ódio” entre santos e devotos no século XVIII.

3.1 A HERANÇA MEDIEVAL

Segundo André Vauchez (1989. p.212), santo seria um homem através do qual se estabeleceria um contato entre o céu e a Terra. Desta forma, o culto aos santos teria seu início no culto dos mártires no qual humanos teriam morrido após seguirem o exemplo de Cristo durante suas vidas. Considerando que a perfeição moral e espiritual não poderia ser desenvolvida fora de uma linhagem ilustre, a noção mais corrente de santidade, entre os finais do século VI e VIII, deixava à margem toda forma de pobreza, dando preferência aos nobres, sobretudo aos fundadores de igrejas e mosteiros.⁷ A partir do final do século XI, a natureza da santidade modificou-se graças à noção de imitação da vida de Cristo. Pode-se considerar uma necessidade de reforma espiritual da Igreja de modo a responder aos anseios dos fiéis que dela faziam parte e daqueles que, de alguma forma, se desvincularam da Instituição em busca de um maior acesso ao poder espiritual, por meio das heresias.⁸ Pode-se considerar este momento como decisivo para a interpretação da santidade, já que, principalmente a partir dos séculos XII e XIII, houve uma mudança significativa no ideal de santificação. O novo ideal, que dividia espaço com a permanência das formas institucionais de monaquismo, prezava pela necessidade de um empenho pessoal do indivíduo para que fosse possível alcançar a

⁷Segundo André Vauchez, a crença de que um santo só poderia ser nobre teria sido partilhada pelas classes dominantes e dominadas por fazer parte de uma convicção comum à Antiguidade tardia e ao paganismo germânico. Desta forma, o autor caracterizou este momento da história, no qual os santos possuíam alguma ligação com o Poder, de “hagiocracia”. VAUCHEZ, André. *O santo*. in: LE GOFF, Jacques. *O Homem medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p.215.

⁸ Sobre as heresias medievais ler RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: As minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1993. p.53/82.

santidade. Esta conquista apenas seria possível por meio da caridade que seria fortemente representada pelas ordens mendicantes.

Há de se considerar a coexistência, durante todo o processo de legitimação da santidade, entre formas populares de catolicismo e uma espécie de disciplina eclesiástica. Para André Vauchez (1994) a noção de santidade teria se acentuado com o crescimento do processo de canonização. Este processo seria uma forma de restringir às mãos do Papa o “domínio do sagrado”, considerando que ele seria o único capaz de decidir aqueles que mereceriam a santificação. A escolha de um santo passaria por todo um processo seletivo que contava com a avaliação da cúria, bem como a reunião de testemunhas que pudessem confirmar as virtudes e os milagres do “candidato”. Sendo assim, nesta época, haveria no Ocidente duas espécies de santos: aqueles reconhecidos pelo Papa, ou seja, que poderiam ser objeto do culto litúrgico e aqueles que faziam parte de um culto local (VAUCHEZ, André. 1994. p. 219).

Considerando o desenvolvimento da santidade como um processo, baseado na imitação das ações de Cristo, deve-se refletir sobre os posicionamentos da Igreja com relação ao crescimento desta santidade local, fora de seu domínio institucional. Neste contexto, a partir o século XIV, sobretudo no século XV, houve uma intensificação da “palavra” com a intenção de que o evangelho fosse cada vez mais introduzido na vida social. Os santos seriam animados por um desejo de conversão, conscientes de que deveriam assumir o papel de intermediários, entre Deus e os homens, capazes de amenizar o sofrimento dos mais necessitados.

3.2 A RELAÇÃO ENTRE SANTOS E DEVOTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

No que tange ao papel desempenhado pelos santos durante a colonização há de se considerar os indícios de sua presença nos nomes das cidades, capelas, além de registros escritos, como os relatos de viagens ou sermões, por exemplo. Segundo Beatriz Catão Cruz Santos (2009) pode-se notar, nos registros escritos, homenagens aos santos seja pela “capacidade de mediar a relação com o divino, por seu poder taumatúrgico e/ou por constituírem modelos de vida”. (2009. p. 147). Desta forma, há de se considerar a forte devoção católica por parte dos viajantes e conquistadores.

A função dos próprios santos católicos foi reinterpretada pelos fiéis, já que estas figuras divinas eram incorporadas ao cotidiano da colônia. Utilizando as palavras de Gilberto Freyre, os santos e os anjos só faltavam tornar-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se divertirem com o povo. (FREYRE, 2006. p.84). Nesta perspectiva, nota-se uma relação íntima entre os fiéis e os santos no culto familiar brasileiro, no sentido em que o culto as suas figuras foi reinterpretado de acordo com os interesses dos fiéis.

Segundo Laura de Mello e Souza:

(...) o culto à Virgem, e, sobretudo, aos santos, é um componente da religiosidade popular em que é mais nítida e perceptível esta afetivização. Num movimento ambíguo – como é ambígua a religiosidade popular – afetivização e detração se aproximaram muitas vezes: o santo que se venera, que se adora, com quem se trocam confidências é também aquele que, no contexto da economia religiosa do toma-lá-dá-cá, pode-se atirar num canto, xingar, odiar em rompantes de cólera ou de insatisfação.⁹

A citação da autora representa a relação ambígua que se estabelecia entre santos e devotos na América Portuguesa. Ao mesmo tempo em que os santos representavam um modelo sagrado, há de se considerar a relação de proximidade entre eles e seus devotos. Esta proximidade seria representada pela ação de castigar esses seres divinos no caso do não atendimento aos pedidos dos fiéis ou recompensá-los quando concedessem a graça requerida. Os santos não deixavam de ser os mediadores entre o divino e o terreno, mas juntamente a este ideal previamente construído, estava a capacidade de adaptação dos cultos à realidade colonial.

Segundo Ronaldo Vainfas e Juliana Beatriz de Souza (2002. p.34-37), a relação entre santos e devotos poderia ser compreendida como uma espécie de “economia religiosa de trocas”, estabelecida de acordo com as dificuldades da vida na Colônia. Este tipo de relação sugere, mais uma vez, que ainda que os santos fizessem parte do universo sagrado, poderiam ser humanizados de acordo com as interpretações dos fiéis. Esta coexistência entre o “sagrado e o humano” seria uma característica da religiosidade colonial. Neste contexto, considera-se que:

Protetores de cidades, aliados em batalhas, guardiães de conquistas portuguesas, os santos se espalhavam por todo o mundo luso-brasileiro, invadindo, enfim, a vida cotidiana nos detalhes mais íntimos(...)os santos e santas estavam por toda a parte,

⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.115.

nos oratórios, capelas, orações, promessas, imagens, no canto das casas, bilhetes e até nos lábios dos amantes em fogo.¹⁰

Os santos transformavam-se em modelos de devoção, manifestados em práticas religiosas que possuíam como base o catolicismo, ou seja, as relações entre os devotos e seus santos poderiam ser compreendidas como atos de fala e atos corporais executados pelos devotos nas celebrações religiosas. (MAUSS, 1974. p.211).

3.3 DEVOÇÃO E CULTO MARIANO

No que diz respeito a estimular a devoção, pode-se considerar a retomada do culto à virgem Maria na Época Moderna. Sobretudo após as reformas religiosas, Maria foi idealizada pelos agentes históricos que estimavam a memória de Cristo e seu culto poderia ser considerado como um instrumento de fortalecimento do catolicismo por fazer de sua figura parte fundamental dos ideais de família e comunidade cristãs. Neste contexto, pode-se considerar a presença de manifestações diversas da virgem Maria na arquitetura, liturgia e música como um modelo construído de perfeição divina, mas também humana, portanto passível de ser seguida.

Segundo Miri Rubin (2009. p.358-359), a partir das Reformas religiosas houve a necessidade em reafirmar a importância da figura de Maria para o cristianismo, como mãe de Jesus, imaculada, única e, portanto, diferente de qualquer outra. No caso da América Portuguesa, a figura da virgem Maria seria utilizada pelos jesuítas para aproximar as mulheres das normas católicas. Maria se constituiria em um modelo de vida para as fiéis, associada aos ideais de virgindade e humildade.

É possível notar, mais uma vez, a continuidade de ideais próprios da Idade Média, sobretudo no que diz respeito à busca por um modelo de cristão perfeito. Há de se considerar que houve a necessidade do estímulo a uma devoção de natureza feminina, já que o modelo masculino estava muito bem representado na figura de Cristo. Este modelo de vida, representado por Maria, poderia também ser interpretado como uma forma de demonstrar a “superioridade espiritual” daqueles que decidiam seguir os ensinamentos do catolicismo e, portanto, buscavam a perfeição cristã.

¹⁰ . VAINFAS, Ronaldo. SOUZA. Juliana Beatriz de. *Brasil de Todos os Santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p.38-42.

A representação de humildade na figura da virgem Maria permite a compreensão de sua grande aceitação na América Portuguesa, inclusive pelos escravos, já que possibilitaria sua associação com os “oprimidos” (RUBIN, Miri, 2009. p.393-394). Pode-se relacionar esta perspectiva à análise de Juliana Beatriz de Souza e Ronaldo Vainfas (2002). Segundo os autores, o culto à virgem Maria teria se transformado em um símbolo de fidelidade à Igreja católica. Na América, a devoção à Maria atingiria grande popularidade, podendo ser notada em práticas e rituais de origem católica, feitos com o intuito de suplicar sua proteção em meio às dificuldades (SOUZA, VAINFAS, 2002. p.44-45). Estes rituais religiosos se constituiriam em alternativas de comunicação do terreno com o celeste e sofreriam influências do meio em que estavam inseridos.

Segundo Margareth Gonçalves (2005. p.21), ao longo do século XVII, após as reformas religiosas, houve um aumento do ideal de virgindade, ampliando-se nas ordens a vigilância sobre as mulheres associadas à ideia de fraqueza e às tentações da carne. Pode-se pensar na virgem Maria como um modelo espiritual de perfeição.

Para Juliana Beatriz de Souza e Ronaldo Vainfas (2002. p.43-44), no caso da América Portuguesa, houve uma política de desestímulo à fundação de conventos femininos, devido à preocupação da Coroa em povoar sua Colônia com mulheres brancas. Esta medida permitiria encorajar os colonos ao matrimônio e, conseqüentemente, ordenar as vidas desta população de acordo com os preceitos católicos. Sendo assim, esta política de povoamento, juntamente à visão de mulher da Idade Moderna, contribuiriam para estimular a devoção à virgem Maria. As mulheres deveriam assumir o papel de mãe e esposas e a virgem Maria seria o melhor exemplo a ser seguido.

4. A TIPOLOGIA DAS FONTES

Antes de iniciar as considerações sobre o processo de ocupação católica da região do Recôncavo da Guanabara, deve-se chamar atenção, mesmo que brevemente, à tipologia das fontes escolhidas para a elaboração deste trabalho. Além disso, os questionamentos que surgiram durante a análise das informações contidas nos documentos consultados devem ser considerados. Como todo trabalho historiográfico, procurou-se fazer uma investigação do processo histórico estudado considerando a época na qual esteve inserido, procurando não ignorar as transformações que possam ter ocorrido durante o período estudado, além de possíveis posicionamentos dos agentes históricos envolvidos no processo.

4.1 METODOLOGIA

A partir da escolha do objeto de pesquisa, os primeiros questionamentos do historiador, geralmente, são: “que tipo de fontes analisar e como trabalhá-las?” Para aqueles que se dedicam ao estudo do Recôncavo da Guanabara há outra pergunta corrente: “onde encontrar as fontes?” É inegável a dificuldade em reunir documentação sobre a região e algumas vezes, o historiador se depara com documentos desorganizados, mal conservados ou incompletos, sobretudo no que se refere a uma abordagem religiosa sobre a região. Embora existam dificuldades, os trabalhos anteriores, que ressaltam a importância econômica da região¹¹, bem como este trabalho, que pretende inserir o Recôncavo da Guanabara no processo de colonização por intermédio da religião, demonstram a possibilidade em se pesquisar a região. As dificuldades precisaram ser contornadas para que fosse possível abordar um assunto tão pouco explorado no meio acadêmico e a análise de fontes eclesiásticas sobre o Recôncavo da Guanabara no século XVIII, demonstrou a riqueza de assuntos que podem surgir das informações obtidas sobre a região.

Para a elaboração desta pesquisa foram utilizados as referências bibliográficas sobre religiosidade colonial, além da análise de trabalhos historiográficos desenvolvidos sobre a região do Recôncavo da Guanabara, documentação eclesiástica da cúria metropolitana do Rio

¹¹ Sobre a importância econômica da região, consultar: DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara - séculos XVII e XVIII*. 2008. (tese de mestrado) e BEZERRA, Nielson Rosa. *Iguaçu e Estrela: a Baixada no meio do caminho*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Ano 13. Nº 13. 2005.

de Janeiro, como os breves apostólicos¹² referentes a pedidos de oratórios privados e altares privilegiados, as visitas pastorais e as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

No que tange à interpretação dos breves apostólicos, que indicam o esforço em manter práticas católicas ortodoxas no Recôncavo da Guanabara, compreende-se a necessidade em “problematizar” as fontes. Há de se considerar que as fontes escritas analisadas, assim como quaisquer outras, podem ter recebido diversas influências inerentes às relações políticas e sociais do meio em que foram produzidas ou dos agentes inseridos neste meio. Em se tratando de documentação eclesiástica é comum que não haja evidências de práticas heterodoxas que possam ter ocorrido simultaneamente à devoção católica.

¹² Segundo Sérgio Chahon, os breves apostólicos seriam uma via aberta aos interessados em tirar partido do uso doméstico dos altares. Ele era um breve de oratório privado, por meio do qual se franqueava a particulares a permissão para o referido uso. CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor: As Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820)*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

5. A GEOGRAFIA DO SAGRADO NO RECÔNCAVO DA GUANABARA

Segundo Michel de Certeau (1982. p.154-155), pode-se considerar, ainda no século XVI, uma crença integrativa baseada na ideia de um Deus único¹³. Esta ideia faria com que as instituições cristãs se tornassem a “legibilidade do mundo”, ou seja, a religião envolveria as condutas sociais. A partir dos séculos XVII e XVIII rompe-se a unidade entre a “linguagem cristã” e as “práticas relacionadas a uma ordem do mundo”. As práticas sociais seriam as responsáveis por elaborar as normas de conduta a partir deste momento, ou seja,

a doutrina de ontem se transforma num fato de ‘Crença’; é uma ‘convicção’ (quer dizer uma opinião combinada com uma paixão), ou uma ‘superstição’, em suma, o objeto de uma análise articulada por critérios autônomos. (...) a ética (...) julga a ideologia religiosa e seus efeitos. Desta evolução existem vários sinais: o primado epistemológico da ética na reflexão sobre a sociedade; a apreciação da religião segundo ‘valores’ que não são mais os seus, (...) a retirada da religião para as práticas religiosas ou o seu alinhamento com as categorias impostas por uma sociedade; a marginalização do culto com relação à lei civil ou moral.¹⁴

Tendo em vista essas considerações, pode-se sugerir que a religião sofreu influências das transformações que ocorreram no mundo, sobretudo no que diz respeito às novas concepções do Estado Moderno. Segundo o autor, as crenças passariam, desta forma, a ser usadas como objetos da ordem das práticas sociais, formuladas pela ética. Não se trata de ignorar a base teórica da religião, mas relacioná-la às suas práticas. Sendo assim, há de se considerar uma necessidade de reforma por parte da Igreja para que fosse possível adequar-se às mudanças que lhes eram impostas pela realidade social.

Norbert Elias (2001. p.54) ao analisar a sociedade de Corte francesa, considerou a etiqueta e o cerimonial como instrumentos de dominação e distribuição do poder na própria sociedade francesa. Este conjunto de “códigos de conduta”, de costumes tradicionais denominado por ele como *habitus* diferenciaria socialmente os membros da Corte dos demais cidadãos, considerando que para a nobreza não haveria igualdade entre os homens. Pode-se relacionar esta idéia à tentativa da Igreja católica em manter sua ortodoxia, no sentido em que manter o seu próprio *habitus* permitiria a manutenção da sua identidade como instituição e, portanto, sua tradição. Sendo assim, para manter-se no poder, uma determinada posição social

¹³ Sobre a noção de Deus na Idade Média, consultar LE GOFF, J. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁴ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.154-155.

necessária de estratégias de conduta cuidadosas, considerando a “margem de manobra” para decisões permitida por suas funções (ELIAS, 2001. p.48). Considerando a história da Igreja Católica pode-se considerar sua necessidade de adaptação às mudanças sociais da época na qual estava inserida, seja como tentativa de manutenção do poder perante a sociedade ou pelo desejo de reformas institucionais defendidas por seus membros.

No caso do Recôncavo da Guanabara pode-se notar a tentativa em manter práticas católicas a partir do século XVIII com a elevação de capelas à “capelas curadas ou paróquias”. Esta tentativa poderia estar relacionada à necessidade de manter sobre controle as práticas sociais da região e oferecer uma referência religiosa à população que crescia demasiadamente a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais. É inegável que os rituais católicos tenham sofrido alterações na realidade da América Portuguesa, principalmente pela admissão da escravidão e por traços próprios da colonização. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (2000), como já foi indicado neste trabalho, a religião no Brasil estaria mais para uma “religiosidade de superfície” (HOLANDA, 1983. p.101-112). A religiosidade colonial, de fato, se diferenciaria da ideia de catolicismo ortodoxo, mas vale ressaltar a inexistência do cristianismo puro mesmo na Europa. A interpretação dos rituais católicos pelos fiéis, bem como a preocupação em seguir as normas das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* representariam a religiosidade colonial. Essas duas formas dialogavam entre si, mas não excluía uma à outra.

A geografia do sagrado no Recôncavo da Guanabara seria representada pela ocupação da região por templos católicos e o constante zelo em ordená-los de acordo com as normas da Igreja Católica. Todavia, devem ser consideradas as diversas relações e sentidos inerentes a esta ocupação que serão indicados no decorrer deste trabalho.

5.1 AS CAPELAS DO RECÔNCAVO DA GUANABARA

Há de se considerar a afirmação de Gilberto Freyre (2006) de que a capela que teria agido na formação brasileira foi a capela de engenho ao invés da catedral ou da igreja isolada. Considerando os trabalhos historiográficos sobre religiosidade colonial, pode-se perceber que as práticas católicas foram adaptadas a algumas condições locais das regiões nas quais eram desenvolvidas. Não se deve perder de vista, portanto, que essas mesmas práticas, ainda que pudessem sofrer influências de cultos de outra ordem, teriam como base principal o catolicismo. Mesmo sofrendo adaptações ao meio, considerando as condições sociais e

econômicas da região, deve-se considerar o cuidado em fiscalizar essas práticas nas capelas da América Portuguesa. Este cuidado poderia estar relacionado ao receio de que as práticas heterodoxas tomassem conta do cotidiano colonial e ao mesmo tempo poderia possibilitar uma perda da identidade da Igreja católica como instituição. Ainda que algumas capelas fossem construídas nos interiores dos engenhos, seu reconhecimento oficial não se fazia sem o cumprimento de uma série de exigências burocráticas determinadas pelas autoridades eclesiásticas.

A partir da análise das *Visitas Pastorais do Monsenhor Pizarro (1794)* pode-se considerar que a maior parte das capelas da região teria sido transferida de lugar a partir do início do século XVIII, já que, sendo erguidas no século XVII e com materiais pouco resistentes, quase sempre sofriam os prejuízos do tempo. A exemplo desta consideração deve-se observar as informações referentes à Igreja de Nossa Senhora da Piedade, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguazu:

Não sendo fabricada de materiais duráveis a mesma 2ª Igreja, porque as suas paredes eram de páu a pique, foi de necessidade que o mesmo Povo tomasse a sí a fatura de novo Templo, a que deu princípio, com a Capela Maior de pedra e cal, nos anos de 1764, e finalizou nos de 1.766; em cujo tempo mandou o R. Visitador Duarte, que se mudasse para ela o SSmo. Sacramento.¹⁵

Pode-se relacionar essas informações as da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú:

Pela danificação, em que talvez se achava a 1ª Igreja, ou pelo outro da sua extensão foi mudada para o lugar, em que hoje existe, no ano de 1.715, à Expensas do Povo dela, cooperando somente a Real Fazenda para a construção da Capela Maior.¹⁶

Muitas vezes, resultantes das doações dos senhores de engenho da região, as capelas eram construídas, porém, acredita-se que a partir do crescimento populacional da região houve a necessidade de transferi-las para locais mais confortáveis ao recebimento de um número considerável de “fiéis”. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foram bem claras ao definir as normas para a construção das capelas, conforme o fragmento que se segue:

Ainda que é cousa muito pia, e louvavel edificarem-se (1) Capellas (...) se segue a utilidade de haver nas grandes (...) lugares decentes, em que commodamente se possa celebrar; como convêm muito que se edifiquem com tal consideração, que, erigindo-se para ser Casa de Oração(...) ordenamos, e mandamos, que querendo

¹⁵ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000. Fl. 92

¹⁶ *Ibidem*. Fl. 74vº

algumas pessoas em nosso Arcebispado fundar Capella de novo, nos dem primeiro conta por petição, e achando (3) Nós por vestoria e informação, que mandaremos fazer, que o lugar é decente, e que se obrigão a fazel-a de pedra, e cal.(...)¹⁷

O próprio Monsenhor Pizarro indicou um crescimento populacional durante três anos no que diz respeito à Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.¹⁸

Neste contexto, uma simples capela, erguida pelo povo, poderia se tornar “capela curada”, ou seja, ser reconhecida pelas autoridades eclesiásticas e, talvez, tornar-se paróquia da região. Entende-se por paróquia uma igreja matriz, na qual existe um pároco, “um meio através do qual os moradores vizinhos se reuniam, recebiam os sacramentos e se religavam à cidade, reino português e reino de Deus.” (SANTOS, 2003. p.139). As paróquias da região do Recôncavo da Guanabara passaram por essas etapas, a exemplo da igreja de Nossa Senhora da Piedade, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú:

Em uma simples Capela do Alferes José Dias de Araujo, feita pelo Povo, em terras do mesmo Alferes, foi estabelecida a Cura, pelos anos de 1.699, sendo Diocesano o Ilmo. Sr. D. José de Barros de Alarcão, conforme consta pela tradição dos Antigos, e fazendo as suas vezes / por ausente em Lisboa / o Dr. João Pimenta de Carvalho, 2º Deão desta Sé, Governador do Bispado: mas pelo traslado, que se fez do Inventário da mesma Capela, por ordem do R. Visitador Lourenço de Valadares Vieira em 1.727, sendo Capelão o R. Francisco Barreto de Menezes e se acha no fim do 1º Livro, que serviu nesta Igreja se faz mais certo, que fôra levada á Cura pelo Ilmo. Sr. D. Francisco de S. Jerônimo, sem se declarar com especificação o ano, e a Provisão competente, porque se criou a mesma Cura.

Como Curada subsistiu, até os anos de 1.746, ou 47, em que foi enobrecida, e elevada a Paroquia pelo Exmo. Sr. D. Fr. Antonio do Desterro, em princípio do seu Governo: e em consequência, por consulta da Mesa de Consciência de 13/11/1.750.¹⁹

Neste trecho é possível ter ideia da complexidade inerente à definição de uma capela curada. Considerando a quantidade de capelas oficiais da região pode-se sugerir sua importância no contexto das relações sociais, já que este reconhecimento não se fazia apenas pela população local, mas principalmente, pela autorização dos agentes eclesiásticos. Tendo em vista essas considerações nota-se uma espécie de educação religiosa que se estabelecia como um dos componentes da colonização.

¹⁷ Livro quarto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Título: XVII. Cláusula 692.

¹⁸ Segundo Monsenhor Pizarro a população da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu teria crescido consideravelmente tendo em vista que “contando no ano de 1.792 Fogos 333, e Almas capazes de Sacramentos 2.015; no ano de 93 Fogos 349 e Almas, no seu total 2.235; no ano de 1.794 foram os Fogos 343; Almas, capazes de Sacramentos 2.340; Menores 597; fazendo o seu total de 2.937”. ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000. Fls 78 a 85 v

¹⁹ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000. Fl. 92.

Uma vez erguidas, as capelas necessitavam de fiscalização sobre suas práticas, bem como ordenavam as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

(...) E mandamos ao nosso Provisor, e Visitadores fação guardar o que nesta Constituição se ordena, procedendo contra os culpados com as penas que parecerem justas. E execução do que está disposto pelo Sagrado Concílio Tridentino, que nem –uma pessoa Eclesiástica, ou secular, de qualquer estado, ou condição que seja, ponha ou consinta pôr-se em Igreja, Ermida, Capella, ou Altar (...) Imagens alguma (...) sem ser vista, e aprovada por Nós, ou nosso Provisor.²⁰

A educação religiosa não se definia apenas pela construção de templos católicos nas Freguesias, mas por estimular a devoção dos fiéis garantindo que os rituais desenvolvidos dentro ou fora deles seguissem as normas do Concílio de Trento. A localização dos altares, os ornamentos, as imagens sagradas e a participação dos fiéis formavam um conjunto de rituais religiosos nos interiores das capelas que possibilitavam a comunicação entre Deus e os fiéis por intermédio dos santos. No caso do Recôncavo da Guanabara pode-se considerar um número considerável de capelas erguidas em nome da virgem Maria.

5.2 DEVOÇÃO MARIANA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA

Conforme mencionado anteriormente, muitas construções, capelas e, inclusive, cidades recebiam nomes de santos. No caso do Recôncavo da Guanabara não foi diferente, mas é possível notar uma “preferência” por Nossas Senhoras, ou seja, pelas diversas invocações da virgem Maria. Considerando os próprios nomes das Freguesias, por exemplo: Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu, Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu e Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, já se pode ter idéia da dimensão que o culto mariano ganhava no Recôncavo da Guanabara. A exceção da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, todas as Freguesias pesquisadas neste trabalho receberam o nome de suas Igrejas matrizes e, portanto, algumas invocações da virgem Maria.

Tomando como exemplo a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu identifica-se em seus arredores três capelas filiais: de Nossa Senhora do Rosário; Nossa Senhora das Neves e Santa Rita.²¹ Ainda a Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga possuía seis “capelas filiais” em seus arredores que eram: a capela de Nossa Senhora do Rosário; da Senhora da Conceição do Pantanal; de Nossa Senhora da Conceição do Engenho da Cachoeira; de Nossa

²⁰ Livro quarto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Título: XVII. Cláusula 699.

²¹ ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000. Fls 92-96.

Senhora da Madre de Deus; da Senhora do Livramento; de Nossa Senhora da Conceição de Sarapuí.²²

De acordo com o número considerável de paróquias e capelas em nome da virgem Maria, pode-se considerar a tentativa em manter a devoção mariana na região do Recôncavo da Guanabara. Juntamente aos ideais de caridade e humildade, já estimulados pelo cristianismo e representados pela paixão de Cristo, somaram-se os ideais de castidade e pureza da virgem Maria. Havia a necessidade de estimular um modelo cristão feminino tão perfeito quanto o modelo de Jesus Cristo e ainda agregar valores cristãos à organização familiar da população.

Segundo Miri Rubin (2009), a cultura cristã já ofereceria modelos de bem e mal. A arquitetura, a liturgia e a música ofereceriam os caminhos para a vida familiar e comunitária. Neste contexto, Maria teria surgido como um conjunto perfeito que abarcaria em sua figura os modelos de mãe, esposa e consoladora. Na Europa, os responsáveis pelo estímulo à devoção mariana teriam sido os franciscanos, que defenderiam a idéia de que Maria seria uma mulher passível de comparação às esposas e filhas da sociedade. O credo e os milagres que a envolviam se transformaram em parte da cristianização e da conquista da América. Neste contexto, Maria teria sido adaptada às culturas de conversão criando novas formas de cristianismo (RUBIN, 2009).

A relação íntima que se estabelecia entre os santos e os devotos pôde ser vivenciada também pelo culto mariano, que permitia a articulação entre o divino e o humano em apenas uma representação, a da virgem Maria. No que diz respeito à América Portuguesa, pode-se considerar que os missionários, de fato, tiveram papel vital à expansão de cultos católicos, a exemplo do culto à Senhora do Rosário, no qual os escravos “rearticulavam suas crenças, reinterpretando os rituais de devotamento ao rosário da Senhora.” (SOUZA, VAINFAS, 2002. p.47). No caso do Recôncavo da Guanabara é possível notar a força do estímulo à devoção mariana ao observar que a maioria das capelas que compuseram a região no século XVIII foram destinadas à Nossa Senhora, inclusive com capelas filiais em nome de Nossa Senhora do Rosário.

²² ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000. Fls. 78 a 85 vº.

Ainda que a devoção à virgem Maria funcionasse de acordo com a mesma lógica da relação entre santos e devotos, há de se considerar uma espécie de “hierarquia divina”, na qual Maria assumiria um lugar acima dos demais santos. Esta comparação pode ser observada nos documentos analisados que mencionavam seu nome após o nome de Deus ou Cristo e antes da menção aos santos. Um exemplo desta organização pode ser encontrada no fragmento retirado das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

E no que toca á preferencia dos lugares, que entre si devem ter nos Altares, celarados, (5) que sempre as Imagens de Christo nosso Senhor deve proceder a todas, e estar no melhor lugar; e logo as da Virgem nossa Senhora; e depois a de S. Pedro Principe dos Apostolos: e que a do Patrão, e Titular da Igreja terá o primeiro, e melhor lugar, quando no mesmo Altar não estiverem Imagens de Christo (...) ou da Virgem Nossa Senhora.²³

Esta mesma ordem foi encontrada em boa parte dos breves apostólicos utilizados nesta pesquisa e pode ser bem exemplificado com o fragmento que se segue:

concedemos que todas as vezes que qualquer Sacerdote Secular ou de qualquer ordem, Congregação e Instituto Regular celebrar no dito Altar Missa de Defuntos pela alma de qualquer fiel, que se tiver apartado deste mundo unida com Deus em Caridade; a mesma alma consiga (...) da Igreja Indulgência por modo de sufrágio a fim de que seja livre das penas do Purgatório sufragando (...) os merecimentos do mesmo **Nosso Senhor Jesus Cristo da Bem aventurada Virgem Maria e de todos os Santos**(...).²⁴ [grifos nossos]

A ordem divina estava completa com um conjunto que envolvia Deus, a virgem Maria e os santos, que podem ser compreendidos como os “guardiães do sagrado”, juntamente aos membros eclesiásticos que possibilitavam a propagação dos seus cultos.

5.3 A SIMBOLOGIA DOS ORATÓRIOS

Alguns trabalhos como a tese de mestrado de Denise Demetrio²⁵ e o artigo de Nielson Bezerra²⁶ já apontaram a importância econômica do Recôncavo da Guanabara no século XVIII. Neste trabalho, pretende-se fazer uso destas análises políticas e econômicas com o intuito de estudar as mudanças trazidas pela moral cristã, mais precisamente, católica. Para isso, houve a necessidade de estudar os possíveis significados das práticas religiosas e reconstruir as relações que se estabeleciam por meio delas.

²³ Livro quarto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Título: XVII. Cláusula 699.

²⁴ BA 306 – altar privilegiado de N. Sra do Rosário. Freguesia de N. Sra. da Piedade de Iguazu 1796.

²⁵ DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara - séculos XVII e XVIII*. 2008. (tese de mestrado).

²⁶ BEZERRA, Nielson Rosa. *Iguazu e Estrela: a Baixada no meio do caminho*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Ano 13. Nº 13. 2005.

A análise dos breves apostólicos possibilitou acesso aos pedidos de oratórios privados e altares privilegiados. Entende-se, neste trabalho, como oratório privado os altares domésticos, ou seja, uma espécie de “capela particular”. Os oratórios privados teriam sido propagados com a colonização da América Portuguesa e contribuíram para a proliferação de imagens sagradas. As famílias mais abastadas passaram a possuir seus próprios altares, inspirados nos costumes da realeza, acreditando que a obtenção desses oratórios poderia permitir a comunicação com o sagrado²⁷. Já os altares privilegiados seriam pedidos em favor das almas dos defuntos. Mostravam-se de extrema importância considerando que serviam de espaço para a realização da Santa Missa e, portanto, deveriam receber atenção especial quanto à sua fixação (CHAHON, 2008. p.415).

Durante a reunião e a análise das fontes observou-se um esforço para que práticas católicas fossem mantidas no Recôncavo da Guanabara, sobretudo nas Freguesias de Nossa Senhora do Pilar do Iguçu, Nossa Senhora da Piedade do Iguçu, Nossa Senhora da Conceição de Marapicu e Santo Antônio de Jacutinga. Estas tentativas em manter práticas do catolicismo podem ser notadas a partir da contínua preocupação em responder às exigências das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*.

Segundo Sergio Chahon(2008. p.30-31), o uso e o cuidado em manter altares de missa atravessavam os espaços dos “edifícios religiosos” para compor uma espécie de “geografia do sagrado” espalhando-se pelas cidades e seus arredores. Para o autor, a reunião dos participantes da missa poderia ocorrer nos interiores das igrejas, mas também fora deles, em espaços sagrados preparados nas residências particulares dos fiéis. A devoção dos fiéis precisava ser estimulada, mas isso não significava que suas práticas pudessem ocorrer de qualquer maneira ou em quaisquer lugares. Desta forma, havia a necessidade da benção de um vigário juntamente à aprovação do papado para que tais práticas se concretizassem. Mais do que a compreensão dos altares como espaços para a execução da missa, deve-se considerar o seu significado para os fiéis.

Baseando-se nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Sérgio Chahon afirmou que os fiéis deveriam se acomodar e ficar todos com os rostos para o altar-mor.

²⁷Para maiores informações acessar: *O Oratório na História*. Disponível em: <<http://www.museudooratorio.com.br/port/colecao.asp>>. Acesso em: 30 de setembro 2010.

(CHAHON, 2008. p.30). Esta exigência possuía um significado para a comunidade católica. Segundo Sérgio Chahon o altar-mor seria:

altar principal do edifício, situado para os homens e mulheres espalhados pela nave em posição semelhante à da proa de uma embarcação. Uma embarcação que, na continuidade da analogia entre nave e nau, possui um rumo certo: o Oriente, lugar de nascimento do Filho de Deus, na direção do qual, segundo o missal romano então observado, deveriam mirar tanto o celebrante como os assistentes durante a missa, enquanto conservassem os olhos postos no altar-mor.²⁸

Não é possível precisar se todos os espaços sagrados seguiam as orientações das autoridades católicas, todavia não se pode ignorar a constante preocupação dos membros eclesiais em manter práticas religiosas ortodoxas. É inegável que a percepção dos altares como domínios do sagrado não se fez sozinha, tendo sido construída e mantida pelos membros participantes das celebrações religiosas.

A ideia dos altares como símbolos do sagrado precisava ser legitimada na realidade cristã-católica e, portanto, havia a necessidade de erguê-los em nome de seres também sagrados, os santos. Apenas os santos poderiam mediar a comunicação entre o divino e o humano e esta comunicação era feita, sobretudo, diante do altar, fosse ele dentro dos templos religiosos ou adaptados ao culto familiar.

5.4 OS IMPETRANTES

Durante a análise dos breves apostólicos uma pergunta mostrou-se constante: quais seriam os critérios para a obtenção de um oratório privado?. Em verdade: quais seriam os agentes históricos “privilegiados” do Recôncavo da Guanabara que poderiam solicitar um oratório privado ou um altar privilegiado?. Esta reflexão direcionou a discussão para a análise e a compreensão das relações de poder na região, considerando que esses altares teriam sido uma manifestação dessas relações, ainda que, segundo Sérgio Chahon (2008. p.34-35), todos os indivíduos ou instituições reunidos “diante do altar” procurassem obter a graça divina da mesma maneira.

²⁸ CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor: As Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820)*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Como critério de obtenção de um altar privilegiado, pode-se considerar a noção de “nobreza da terra” sugerida por João Fragoso (2000) para o Recôncavo da Guanabara, Segundo o autor, a Coroa, a partir da conquista de Ceuta, concedia postos administrativos ou militares aos conquistadores (2000. p.69). Desta forma, no Rio de Janeiro, a economia de *plantations*, típica do século XVII, contribuiria para uma diferenciação das oportunidades econômicas dos coloniais. Portanto, detinham maiores poderes locais aqueles que pertencessem “às melhores famílias da terra” na falta de uma “nobreza de berço”. Essa elite senhorial e seus descendentes carregavam um sentimento de conquistadores que os enquadrava numa posição econômica e socialmente superior ao restante da população. Ao final do século XVIII, tornou-se comum, por meio do comércio, que alguns colonos se transformassem em donos de engenho (FRAGOSO, 2000. p.82-103). De acordo com as visitas pastorais de Monsenhor Pizarro, cada Freguesia do Recôncavo da Guanabara possuía um número considerável de engenhos. A Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, por exemplo, possuía sete engenhos, segundo Denise Demetrio (2000. p.66) a partir das estatísticas entregues ao Marquês de Lavradio no final de século XVIII.

Portanto, cabe aqui relacionar a região à mesma noção de João Fragoso. Na análise de alguns breves apostólicos, pode-se observar que os pedidos de oratório privado e altares privilegiados, quase sempre, eram feitos em nome de fazendeiros, de determinada Freguesia, para que fossem realizados em sua própria habitação:

Bendito Papa décimo quarto Venerável Irmão da Benção Apostólica (...) já nos fizeram expor o amado filho Christóvão Mendes Leitão e a amada filha em Cristo Paschoa Maciel da Costa, casados na Diocese do Rio de Janeiro que (...) vivem à maneira e costume de nobres para sua espiritual consolação desejam muito poder fazer, que o Sacro Santo Sacrifício da Missa se celebre nos Oratórios Privados das Casas de sua habitação.²⁹

No trecho transcrito acima, mostra-se evidente uma determinada noção de nobreza que pode ser comparada à noção de João Fragoso, tendo em vista que a região do Recôncavo da Guanabara já se encontrava inserida na economia da América Portuguesa, bem como demonstrou o trabalho de Denise Demetrio. Embora esta noção de nobreza também possa estar relacionada a uma espécie de nobreza espiritual, demonstrada na ênfase dada ao estado civil dos impetrantes que viviam de acordo com o sacramento cristão do matrimônio.

²⁹ BA 146 - Oratório privado– Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Solicitação de construção do oratório. 1756. Fl. 03.

Ao solicitar um altar privilegiado ou oratório privado, o impetrante deveria passar por uma investigação que garantiria a natureza e a veracidade do seu pedido. O pedido fazia parte de uma teia complexa que poderia envolver relações de poder diversas, a exemplo do poder local dos solicitantes e o poder espiritual do Papa. De acordo com a documentação analisada, pode-se considerar que aqueles que solicitavam um oratório possuíam algum tipo de influência na região, tendo em vista que este pedido seria enviado ao Papa para a aprovação. Nota-se, portanto, uma articulação entre o poder local e o poder espiritual da Igreja Católica. Além disso, a solicitação e possível aceitação deste pedido deveriam ser feitas baseadas em depoimentos de testemunhas, também influentes, que pudessem garantir a veracidade das informações dadas pelo impetrante como será demonstrado nos trechos a seguir:

(...) Joaquim José da Rocha, viúvo natural de Portugal e provador na Freguesia da Piedade do Iguazu, que vive da sua lavoura, testemunha jurada aos Santos Evangelhos em que por sua mão direita e prometeu dizer verdade(...)Sendo perguntado pelo conteúdo na petição do justificante disse que em razão de conhecer há dezenove anos, sabe que o justificante (...) próprio que impetrou o Breve que apresenta na Igreja de Nossa Senhora do Pillar do Iguazu.”

Antônio Alves da Silva Pinto, solteiro, natural do Bispado do Porto e morador nesta cidade na sua direita que vive de ser caixeiro de Manoel Alves da Silva, testemunha jurada aos Santos Evangelhos em que por sua mão direita, prometeu dizer verdade(...) E sendo perguntado pelo conteúdo na petição do justificante disse que em razão de o conhecer há quatro anos sabe que é próprio que impetrou (...) que o dito Breve é verdadeiro e não consta que na Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Jacinto Lobo Frazão, solteiro natural desta cidade (...) que vive da sua Lavoura testemunha jurada aos Santos Evangelhos em que por sua mão direita prometeu dizer verdade (...) sendo perguntado pelo conteúdo na petição dos justificante disse, que em razão de o conhecer (...) sabe que o próprio que impetrou o Breve que apresenta e que o dito Breve é verdadeiro, (...) e mais não disse e assinou, Eu Estevão José da Silva Coimbra Ajudante da Camera Eclesiástica.³⁰

Nos dois primeiros fragmentos pode-se notar que ambas as testemunhas eram naturais de Portugal e provavelmente partilhavam do mesmo sentimento de conquistadores defendido por João Fragoso. Além disso, exceto pelo segundo fragmento, as testemunhas viviam da sua “lavoura”, ou seja, possuíam fazendas com escravos. Depois da obtenção do breve apostólico,

³⁰ BA 306 – Altar privilegiado – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu. 1796.

os impetrantes acompanhavam uma relação de itens que mostravam como seriam dignos do privilégio outorgado pelo documento, incluindo a confirmação de testemunhas que pudessem demonstrar certa credibilidade dos solicitantes.

A articulação entre poder local e espiritual, mediada por um membro da câmara eclesiástica, demonstra um dos véis de inserção do Recôncavo da Guanabara no Império Português. Há de se considerar, com base nas *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro* (1794), que o crescimento demográfico da região desenvolveu-se simultaneamente à intensificação da fiscalização religiosa das práticas católicas executadas nos templos religiosos da região.

A efetivação, no dia-a-dia, dessa sociabilidade religiosa mais abrangente, ensejada pelo funcionamento dos altares das casas de campo e, principalmente, das casas-grandes, via-se, entretanto limitada muitas vezes por cláusulas que então se incluíam entre as condições estipuladas pelas autoridades para o mesmo funcionamento.³¹

Analisando a vivência das missas no Rio de Janeiro e arredores, Sérgio Chahon (2008) já apontou o quão selecionados eram os donos de altares domésticos. As missas, celebradas nas residências dos fiéis não estavam disponíveis para “qualquer um”, como bem aponta o autor e, portanto, a obtenção de um altar doméstico seria pouco frequente por depender de licenças requeridas por meio dos breves apostólicos que muitas vezes se dirigiam diretamente à cúria romana. Sendo assim, além da influência local dos impetrantes, havia a necessidade de documentos comprobatórios, testemunhas, como foi apontado nos fragmentos transcritos anteriormente, e principalmente da aprovação por parte das autoridades clericais. A noção de nobreza, repetida inúmeras vezes no conteúdo dos breves, separava os “privilegiados” dos fiéis da “arraia-miúda e da gentalha de cor” (CHAHON, 2008. p.60-64). Portanto, há de se considerar que as práticas religiosas também contribuiriam para criar uma diferenciação social entre os agentes históricos, tendo em vista que possibilitavam o aumento do poder local dos fazendeiros criando uma espécie de elite religiosa.

5.5 OS ORNAMENTOS E IMAGENS SAGRADOS

Outra preocupação corrente na documentação analisada diz respeito à ornamentação das capelas do Recôncavo da Guanabara.

³¹ CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor: As Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820)*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.p.75.

Com a análise dos breves apostólicos pode-se observar, inúmeras vezes, a menção ao cuidado em ornar bem os oratórios e os altares de modo a honrar as figuras de Cristo e da virgem Maria e, principalmente, respeitar os critérios exigidos pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Mais uma vez, nota-se a persistência em fiscalizar as condições das capelas, do Recôncavo da Guanabara, de modo a permitir que rituais religiosos como as missas fossem celebrados de acordo com as normas católicas. Esta afirmação pode ser confirmada com o trecho que se segue:

(...) mandei visitar a Capela de Nossa Senhora da Conceição (...) Padre Diogo da Fonseca Varejão Presbitero Secular e morador nesta Freguesia (...) por qual me informou que esteja a dita Capela com decência e asseio suficiente para celebrar o Santo Sacrificio da Missa com todos os preparatórios necessarios.³²

Este cuidado em manter e fiscalizar as condições das capelas da região corresponde às exigências referidas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

(...) para que nas Imagens Sagradas se evitem totalmente as superstições, abusos, profanidades, e indecencias que já houverem, e se podem introduzir, encarregamos muito a nossos Visitadores, e mais Ministros, que com particular cuidado nas Igrejas, Ermidas, Capellas e lugares pios de nosso Arcebispado que visitarem, fação exame, se nas Sagradas Imagens, assim pintadas, como de vulto, há algumas indecencias, erros, e abusos contra a verdade dos mysterios Divinos.³³

Os dois trechos retirados dos documentos demonstram que havia tentativas em manter os critérios determinados por um dos mais importantes documentos da legislação eclesiástica da época, ou seja, a região do Recôncavo da Guanabara estava inclusa no Império português, por meio da religião católica. Além disso, mostra-se, com certa clareza, nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que a quantidade de ornamentos não era mais importante, nas capelas, do que a condição à qual se apresentavam aos fiéis como descrito no fragmento que se segue:

Posto que na quantidade dos ornamentos, e moveis que há de haver em cada Igreja, se não possa dar regra certa nestas Constituições, por umas serem mais numerosas, e terem freguezes mais ricos, e outras menos parochianos, e mais pobres; com tudo bem se póde, e deve dar em os haver necessariamente em cada uma dellas para o Culto de Deos, celebração da Missa e Officios Divinos. Pelo que mandamos, que em cada uma das Igrejas de nosso Arcebispado haja precisamente ornamentos, e moveis para celebrar com decencia, e limpesa.³⁴

³² BA 158 – Capela de Nossa Senhora da Conceição - 1757. Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. folha 2.

³³ Livro quarto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Título: XVII. Cláusula 705.

³⁴ Idem. Cláusula 705

Havia apenas a preocupação de que os ornamentos utilizados fossem bem pintados e conservados a fim de não provocar o “riso dos fiéis”³⁵. Os altares deixavam de ser apenas um espaço para o sacrifício da Santa Missa, transformando-se em um local sagrado destinado a estimular a devoção daqueles que participavam dos rituais. Desta forma, os ornamentos, os participantes e/ou os realizadores dos sacramentos cristãos contribuía para a interpretação destes espaços como sagrados. Para isto, não importava se o altar seria erguido dentro dos templos católicos ou fora deles, desde que este espaço externo fosse preparado de acordo com as exigências das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Em uma região que crescia demograficamente de acordo com a intensificação de seus engenhos e a sua consequente inserção na economia colonial, como foi o caso do Recôncavo da Guanabara, havia a necessidade de se criar referências de acordo com a religião oficial vigente, o catolicismo. A devoção deveria ser estimulada para que houvesse uma ordem social de acordo com os preceitos da Igreja católica e os ornamentos se constituía em instrumentos de estímulo a esta devoção.

De acordo com Sérgio Chahon (2008) um altar deveria ser descrito a partir de suas partes constituintes, portanto a sua arrumação também estaria carregada de significado simbólico. A relação entre santos e devotos na realidade colonial necessitava de ferramentas que permitissem sua sobrevivência. Neste contexto, os ornamentos e, principalmente, as imagens sagradas faziam parte deste universo mágico-religioso e contribuía para o reconhecimento do caráter miraculoso³⁶ dos santos, sobretudo, para relembrá-los por meio da concretização de suas imagens.

Esta intenção de preencher os templos religiosos com imagens sagradas compõe uma das partes das exigências das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* que vem sendo apontadas neste trabalho. O fragmento que se segue demonstra com clareza a imposição da presença de imagens sagradas nas igrejas, como parte dos rituais religiosos desenvolvidos em seus interiores.

Manda o Sagrado Concílio Tridentino, (1) que nas Igrejas se ponhão as Imagnes de Christo Senhor nosso, de sua sagrada Cruz, da Virgem Maria Nossa Senhora, e dos outros Santos, que estiverem Canonizados, ou Beatificados, e se pintem retabolos, ou se ponhão figuras dos mysterios, que obrou Christo nosso Senhor em nossa

³⁵ Livro quarto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Título: XVII. Cláusula 701.

³⁶ Sobre a construção do “miraculoso” cristão, consultar: LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso no Ocidente Medieval*. in: *O Imaginário Medieval*. Editorial estampa. 1994.

Redempção, por quanto com ellas se confirma o povo fiel em os trazer á memoria muitas vezes, e se lembrão dos beneficios, e mercês, que de sua mão recebo, e continuamente recebe, e se incita tambem, vendo as Imagens dos Santos, e seus milagres, a dar graças a Deos nosso Senhor e aos imitar; e encarrega muito aos Bispos a particular diligencia; e cuidado que nisto devem ter, e tambem em procurar, que não haja nesta materia abusos, superstições, nem cousa alguma profana(...)³⁷

Há de se considerar, neste fragmento a permanência do ideal de reforçar a devoção dos fiéis por meio das imagens sagradas, devidamente ornadas e cuidadas. A imitação da vida das figuras divinas era um objetivo comum aos devotos que deveria ser incentivado para que fosse possível alcançar o modelo de cristão perfeito. Além disto, é possível observar o esforço para que não houvesse qualquer desrespeito com relação às imagens. Este desrespeito poderia estar relacionado ao “fervor carnal e obsceno” às imagens santas defendido por Gilberto Freyre (2006). Pode-se considerar o receio das autoridades eclesiásticas de que a intimidade entre santos e devotos se tornasse frequente e, portanto, fora de seu controle. Desta forma, como bem aponta o documento, os bispos estariam encarregados de divulgar estas imagens nas igrejas e caberia aos visitantes comprovar se a colocação destes símbolos estava de acordo com as exigências do Concílio de Trento.

Além das imagens dos santos, havia um conjunto de outros símbolos que deveria ser respeitado na confecção dos altares. Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, para os altares e para a celebração da missa havia a necessidade, mesmo respeitando a realidade econômica da capela, dos seguintes ornamentos:

Cruzes, (1) frontaes, (2) toalhas, (3) cortinas, (4) pedra (5) de Ara, Sacras, (6) panos (7) para as mãos, estantes, (8) ou almofadas, castiçaes, (9) alvas, (10) amictos, cordões, manipulos, estolas, planetas, corporaes com guardas, e bolsas, Calices, patenas, pallas, sanguinhos, panos, ou veós dos mesmos Calices, Missaes, galhetas, caixas de hostias, e campainhas(...) tudo na quantidade, e qualidade será conforme a possibilidade de cada uma das Igrejas, mas haverá muito cuidado que tudo seja limpo, (13) são, e decente, e que se não celebre senão em Calices ao menos de prata (14) com patenas do mesmo.³⁸

Como numa grande festa estava posta a ornamentação que deveria estar à altura dos homenageados, neste caso Cristo, a virgem Maria e o santos, ao mesmo tempo em que se dedicavam a impressionar os convidados da celebração nos interiores das capelas.

³⁷ Livro quarto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Título: XVII. Cláusula 696.

³⁸ Livro quarto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Título: XVII. Cláusula 707.

6. CONCLUSÃO

Tendo em vista a pesquisa desenvolvida para a elaboração deste trabalho, pode-se considerar a possibilidade em estudar a região do Recôncavo da Guanabara no século XVIII. Ainda que tenha sido uma tarefa árdua foi possível inseri-la em noções já consideradas para a história da América Portuguesa no mesmo período.

No que diz respeito à religiosidade colonial, não se deve perder de vista o debate bibliográfico que revela a multiplicidade inerente aos cultos na América portuguesa, sempre chamando atenção às adaptações sofridas pelo catolicismo europeu ao se deparar com a realidade colonial. Embora seja inegável considerar essas adaptações, o trabalho desenvolvido demonstrou a preocupação por parte das autoridades eclesiásticas e da nobreza local em criar e manter práticas católicas. Talvez este cuidado estivesse diretamente relacionado ao receio de que as adaptações sofridas pelas práticas religiosas fugissem do controle na Colônia. Lembrando André Vauchez (1994) era perigoso para a Igreja deixar que a santidade se desenvolvesse fora de seus domínios. Pensando de acordo com esta consideração, compreende-se a necessidade em criar símbolos sagrados legítimos, ou seja, reconhecidos pela Igreja Católica e “divulgá-los” para os fiéis.

Neste sentido, considerando a relação entre santos e devotos pode-se observar que a vida dos santos serviria como exemplo para os membros da cristandade, já que essas criaturas divinas seriam a representação de cristãos perfeitos. Ainda que servissem como exemplo, os fiéis tendiam a humanizar essas figuras no cotidiano da Colônia, criando uma espécie de relação íntima entre santos e devotos. Esta relação íntima tem seu melhor exemplo na liberdade que os fiéis tomavam em castigar ou presentear os santos de acordo com a obtenção ou não das graças requeridas. Os santos seriam os mediadores entre Deus e os homens. No Recôncavo da Guanabara pôde-se observar este tipo de relação, sobretudo no culto à virgem Maria. Maria seria mais um exemplo de humildade e castidade a ser seguido, mas desta vez um modelo feminino representado pelas múltiplas funções da sua figura: mãe, esposa e consoladora (RUBIN, 2009). O culto à virgem Maria foi encorajado pelos missionários, principalmente os franciscanos. Ao lado de Cristo e acima dos santos estava a virgem Maria como uma alternativa de amenizar as dificuldades da vida colonial. Neste sentido, é possível

compreender sua aceitação na América Portuguesa no momento em que se faz a associação de sua figura com os oprimidos.

Por detrás do estímulo à devoção, deve-se considerar que as práticas religiosas também poderiam se constituir em critérios de diferenciação social. Esta ideia foi representada nos critérios de nobreza para a obtenção de oratórios privados e altares privilegiados no Recôncavo da Guanabara. Por meio de Breves Apostólicos, as pessoas que se interessavam em obter celebrações religiosas em suas casas deveriam responder a uma série de pré-requisitos. Apenas a elite colonial, pertencente às melhores famílias da terra (FRAGOSO, 2000) poderia usufruir deste privilégio e ainda assim, deveria justificar seus pedidos e assumir o compromisso de responder às exigências das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* para a obtenção de altares religiosos.

As exigências que deveriam ser cumpridas na realização de práticas religiosas eram fiscalizadas pelos membros eclesiásticos visitantes. Esses agentes históricos seriam os responsáveis por tentar manter as normas católicas na Colônia. Havia um conjunto de símbolos sagrados que se dedicavam a estimular a devoção dos fiéis. Neste sentido, os ornamentos, bem como as imagens sagradas contribuiriam para a divulgação dos preceitos católicos. A vida no Recôncavo da Guanabara deveria ser organizada de acordo com o catolicismo, bem como o restante da América Portuguesa. Preencher os templos religiosos com imagens sagradas permitiria que os fiéis não perdessem de vista os modelos de vida que deveriam seguir para alcançar a perfeição cristã. Os ornamentos serviriam para complementar esta organização dos rituais religiosos, transformando-se em parte do conjunto de símbolos destinados a impressionar os fiéis, convidados das celebrações religiosas, e, sobretudo, homenagear os donos da festa: Deus, a virgem Maria e os santos.

Ainda que se considere as capelas de engenho não se deve ignorar o conjunto de exigências para a construção e a manutenção das mesmas. Como templos católicos elas deveriam servir como referencial religioso para a população, sobretudo para a população do Recôncavo da Guanabara, que crescia consideravelmente a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais a partir da intensificação dos engenhos na região. Desta forma, os agentes eclesiásticos, bem como a elite colonial contribuiriam para a inserção do Recôncavo da Guanabara no Império português por meio da religião católica como foi demonstrado neste trabalho. É importante ressaltar que esta força da relação íntima entre santos e devotos

vivenciada nas capelas, oficiais ou domésticas, influenciou a vivência religiosa de brasileiros “católicos” até hoje. Afinal, qual católico nunca se viu recorrendo a ajuda dos santos nos momentos de aperto?

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794*. Prefeitura de Nilópolis, 2000.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D.João VI*. Rio de Janeiro. Na Impressão Regia 1820.

Constituições primeiras do arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do conselho de Sua Magestade: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano , que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Introdução e revisão cónego prebendado Ildelfonso Xavier Ferreira. São Paulo, Typ. 2 de dezembro, 1853

BA 26 – Oratório privado Freguesia de N. Senhora do Pilar de Iguassu, Fazenda da posse 1733.

BA 80 - Oratório privado Freguesia de N. Sra. do Pilar de Iguassu, Fazenda da posse 1745.

BA 86 - Oratório privado – Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Solicitação de construção do oratório. 1746.

BA 105- Altar privilegiado para Sant’Ana, Freguesia de N. Sra. do Pilar de Iguassu. 1749.

BA 146 - Oratório privado– Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. Solicitação de construção do oratório. 1756.

BA 158 – Capela de Nossa Senhora da Conceição - 1757. Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga.

BA 176- Oratório privado Saracuruna, Freguesia de N. Sra. do Pilar de Iguaçú. 1760.

BA 178- Oratório privado, Freguesia de N. Sra. do Piedade de Iguaçú. 1767.

E-236 - 1742/1838 - PASTORAIS E EDITAIS. fl 177-180 - pastoral sobre oratórios privados.

BA 238 – Solicitação de missa em casa. Freguesia de N. Sra. da Piedade de Iguaçu. 1784.

BA 306 – altar privilegiado de N. Sra do Rosário. Freguesia de N. Sra. da Piedade de Iguaçu 1796.

Bibliografia:

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz; Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro. Editora 34, 1994.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Iguaçu e Estrela: a Baixada no meio do caminho*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*. Ano 13. Nº 13. 2005

BOXER, Charles H. *O império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor: As Missas e a Vivência do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

D'ASSUNÇÃO, José de Barros. *Os Campos da História: uma introdução às especialidades da História*. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas. n.16, p.17-35, 2004

DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara - séculos XVII e XVIII*, dissertação de mestrado. UFF. 2008.

FRAGOSO, João. *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. *TOPOI: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ*, vol. 1, 2000.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro, GOUVÊA, Maria de Fátima, BICALHO, Maria Fernanda (organizadores). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVII*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo. Global Editora, 2006. 51º ed.
- GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Império da Fé: Andarilhas da Alma na Era Barroca*. Rio de Janeiro:Rocco, 2005
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.
- LE GOFF, J. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso no Ocidente Medieval*. In: O Imaginário Medieval. Editorial estampa. 1994.
- MAUSS, Marcel. *As técnicas corporais*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP. 1974. p.211-233, v,2.
- MENEZES, Renata de Castro. *A dinâmica do sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro*. Relume Dumará, 2004.
- PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Duque de Caxias: Consórcio de Edições, 1996. Citado em: Tânia Amaro. *Rio de Janeiro: Desenvolvimento e retrocesso*. In: Revista Pilares da História – maio/2004.
- RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: As minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1993.
- RUBIN, Miri. *Mother of God: A History of the Virgin Mary*. London: Allen Lane. Yale University Press. 2009
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *As Capelas de Minas no século XVIII*. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 129-146, 2003.
- SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Santo do Bispo. Topoi*, v.7, n.13. 2006.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. SOUZA, Juliana Beatriz de. *Brasil de Todos os Santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

VAUCHEZ, André. *O santo*. in: LE GOFF, Jacques. *O Homem medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

WEGNER, Robert. *Um ensaio entre o passado e o futuro*. in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

8. ANEXOS

BA 306

Breve de Altar Privilegiado

Altar de Nossa Senhora do Rosário

Local: Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu.

Assunto: Breve Impetrado pelo Sr. Antonio José Moreira concedida em 19/11/1796.

p. 01

1796

Antonio Jose Moreira

Breve Apostolico de Altar Privilegiado

Ilmo ano de nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e seis anos aos dezenove dias do mês de novembro (...) ano nesta cidade do Rio de Janeiro em casa da camera Eclesiástica sendo aí por parte de Antonio Jose Moreira, me foi apresentada uma petição com despachos de sua Excellencia Reverendíssima e do Muito Reverendo Conego Doutoral Jose Rodriguez de Carvalho Provisor Interino, com um Breve Apostólico e Beneplácito Regio, para se continuarem os termos da sua execução e tudo aceitar exceto e o que adiante se segue de que foi este termo Eu Estevão José da Silva Coimbra ajudante da Camera Eclesiástica (...)

p.02

Remete ao Nosso R. Provisor a executar Rio de Janeiro de junho de 1796.

Exmo. Ilmo

Dr. Antonio Jose Moreira que me suplicou ao Ilmo Pe Pio 6 privilegio para o Altar de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu a favor das Almas dos fiéis e como para se dar a sua execução lhe é necessário que V. Ex^o admita.

A efeito (...) justifique a identidade da pessoa e verdade do breve.

(...) Ex^o Rm^o queira dignar-se a aceitar o dito Breve e
mandar à sua execução.

[Sinal gráfico]

p. 02 (verso)

Termo de apresentação e aceitação.

Aos dezenove dias do mês de novembro de mil setecentos e noventa e seis anos nesta cidade do Rio de Janeiro (...) do Muito Reverendíssimo Conego Doutoral Provisor interino sendo aí eu Ajudante da Camera Eclesiástica adiante nomeado (...) vindo e logo por parte de Antonio José Moreira foi apresentado um Breve Apostólico com Beneplácito e Regio para Altar Privilegiado, aceito por sua Excelencia Reverendíssima e por Despacho do mesmo Senhor [corroído] do dito Muito Reverendo Ministro para o fazer dar a sua execução sendo lhe apresentado logo se constitui juiz dele e mandou fazer este termo de aceitação que assinou Eu Estevão José da Silva Coimbra Ajudante da Camera Eclesiástica. (...)

Joseph Rodrigues de Carvalho.

p. 03

A Rainha Nossa Senhora há por bem acordar o seu Real Beneplácito ao Breve de Altar Privilegiado posto que se possa executar Palacio de Gue (?) em 26 de dezembro de 1796.

Jose da Silva

Rio de Janeiro

(...) Ilmo Papa Pio 6^o foi concedido Altar Privilegiado de Nossa Senhora do Rosário na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu, bispado do Rio de Janeiro para [corroído] sua execução.

(...) ao seu Real beneplácito

p.04

Pio Papa 6º para Perpétua memoria = aplica vós com caridade paternal a salvação de todos algumas vezes honramos os lugares sagrados com espirituais dádivas de Indulgências à fim de que por meio de mais (...) almas dos fiéis defuntos possam conseguir os sufrágios dos merecimentos de Nosso Senhor Jesus Cristo e seus Santos e ajudados (...) serem conduzidas por Misericórdia de Deus (...) para o Descanso Eterno portanto querendo mostrar com este dom espiritual altar da Bem aventurada Virgem do Rosário dito na Paroquial Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Iguassu da cidade (...) Diocese do Rio de Janeiro no Brasil; (...) também as Súplicas do amado filho Antonio José Moreira; confiados na Misericórdia de Deus e na Autoridade dos Bem aventurados Apóstolos Pedro e Paulo concedemos que todas as vezes que qualquer Sacerdote Secular ou de qualquer ordem, Congregação e Instituto Regular celebrar no dito Altar Missa de Defuntos pela alma de qualquer fiel, que se tiver apartado deste mundo unida com Deus em Caridade; a mesma alma consiga (...) da Igreja Indulgência por modo de sufrágio a fim de que seja livre das penas do Purgatório sufragando (...) os merecimentos do mesmo Nosso Senhor Jesus Cristo da Bem aventurada Virgem Maria e de todos os Santos Revogando em virtude desprezantes (...) qualquer Praça de altar Privilegiado que se (...) concedido havendo de valer as presentes para sempre dado em Roma em Santa Maria (Maior) debaixo do Anel do Pescador aos treze dias do mês de novembro de mil setecentos e noventa e cinco, ano vigésimo primeiro do nosso Pontificado = R. Cardeal Brazechio de Honestis = lugar de selo.

P. 05

Assentado

Aos vinte dois dias do mês de novembro de mil setecentos e noventa e seis anos nesta cidade do Rio de Janeiro empousadas do Muito Reverendo Conego Doutoral Provisor Interino sendo (...) ajudante da Camera Eclesiástica adiante nomeado fui vindo para (...) os ditos das testemunhas do = justificante Antonio Jose Moreira cujos nomes (...) idades naturalidades, moradas e costumes (...) que adiante se segue fiz este termo eu Estevão José da Silva Coimbra ajudante da Camera Eclesiástica (...) Joaquim José da Rocha, viúvo natural de Portugal e provador na Freguesia da Piedade do Iguaçú, que vive da sua lavoura, testemunha jurada aos Santos Evangelhos em que por sua mão direita e prometeu dizer verdade de cidade que disse ser de trinta e oito aos ao costume nada.

Sendo perguntado pelo conteúdo na petição do justificante disse que em razão de conhecer há dezenove anos, sabe que o justificante (...) próprio que impetrou o Breve que apresenta e que na Igreja de Nossa Senhora do Pillar do Iguazu (...) Altar algum que seja Privilegiado; e = que o dito Breve é verdadeiro, porquanto ele testemunha ter visto outros semelhantes e mais não disse e assinou com Muito Reverendo Ministro, Eu Estevão José da Silva Coimbra Ajudante da Camera Eclesiástica (...)

Carvalho

p.06

Antônio Alves da Silva Pinto, solteiro, natural do Bispado do Porto e morador nesta cidade na sua direita que vive de ser caixeiro de Manoel Alves da Silva, testemunha jurada aos Santos Evangelhos em que por sua mão direita, prometeu dizer verdade (...) cidade que disse ser de vinte anos e de costume nada (...)

E sendo perguntado pelo conteúdo na petição do justificante disse que em razão de o conhecer há quatro anos sabe que é próprio que impetrou (...) Breve que apresentou e que o dito Breve é verdadeiro porte visto outros semelhantes e não consta que na Igreja de Nossa Senhora do Rosário da dita Igreja (...) desse e assinou com (...) Muito Reverendo Ministro, Eu Estevão José da Silva Coimbra Ajudante da Camera Eclesiástica, (...)

Antonio Alves da Silva Pinto.

Jacinto Lobo Frazão, solteiro natural desta cidade, morador na Freguesia de Maricá que vive da sua Lavoura testemunha jurada aos Santos Evangelhos em que por sua mão direita prometeu dizer verdade de cidade que desse ser de trinta e três anos e ao costume e nada.

E sendo perguntado pelo conteúdo na petição dos justificante disse, que em razão de conhecer a seu (amoz?) sabe que o próprio que impetrou o Breve que apresenta e que o dito Breve é verdadeiro, porquanto tem visto outros semelhantes e (pertencido) muitas vezes a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sem outro algum da mesma Igreja [corroído] Privilégio algum e mais não disse assinou com Muito Reverendo Ministro, Eu Estevão José da Silva Coimbra Ajudante da Camera Eclesiástica (...)

Carvalho.

Jacinto Lobo Frazão

(...)

Aos vinte e três dias do mês de novembro de mil setecentos e noventa e seis anos nesta cidade do Rio de Janeiro em (casa ?) da Camera Eclesiástica fiz estes autos (?) (...) ao Muito Reverendo Conego Doutral Provisor interino de que fiz este termo, Eu Estevão José da Silva Coimbra Ajudante da Camera Eclesiástica (...)

[carta em latim]

Vistos estes (...) V. mostra-se, que as instâncias de Impetrante Antônio José Moreira da Freguesia de Nossa Senhora do Pillar do Iguaçú deste Bispado expediu o Ilmo. Pe Pio 6º ora (...) o Breve, pelo qual concede ao Altar de N. Sra. Do Rosário do Altar (...) o Indulto de Altar privilegiado para que todos as vezes que qualquer sacerdote secular ou regular celebrar nesse Missa de defuntos pela alma [corroído]

BA 146

BREVE APOSTÓLICO DE ORATÓRIO PRIVADO

Christovão Mendes Leitão e sua mulher D. Paschoa Maciel da Costa

Santo Antônio de Jacutinga (Engenho)

p. 01

Anno do nascimento do nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e seis anos aos vinte e sete dias do mês de novembro da cidade do Rio de Janeiro na (...) Eclesiásticas (...)

p.02

Diz Cristóvão Mendes leitão e sua mulher D. Paschoa Maciel da Costa que eles alcançarão da Sta. Fé e Apostólica (...) Breve (...) de celebrar missa no oratório da casa de sua vivenda que tem na Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga distrito desta cidade a qual sendo aceito por V. Ex. (...) justifica dar as promessas neste alegadas (...) a graça por tempo de (...) que fundarão em 28 de maio do presente ano, como tudo consta da (...) junta de cujo (...) tem

continuado com a mesma graça em virtude de sua provisão que (...) pelo (...) comum da (...) que junta oferece que durasse (...) publicação que (...) espera e como de presente (...) do (...) Breve que junto oferece (...) justificadas as premissas neste alegadas.

[sinal gráfico]

Pav Ex^a Rm^a (...) da v^a admitir ao (...) pelo tempo que (...)

com virtude desse (...) possa continuar (...) missa (...)

p. 02 (verso)

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de mil setecentos e cinquenta e seis anos na cidade do Rio de Janeiro casas (?) da (...) onde santo (...) nomeado foi (...) ali por parte de Cristo (?) apresentado o breve de (...) o que ao (...) por sua Excelencia (...)

Antônio (...)

p. 03

(...) de Breve de Oratório

Diz = Ao venerável Irmão Bispo do Rio de Janeiro (...)

Bendito Papa décimo quarto Venerável Irmão da Benção Apostólica (...) já nos fizeram expor o amado filho Christóvão Mendes Leitão e a amada filha em Cristo Paschoa Maciel da Costa, casados na Diocese do Rio de Janeiro que (...) vivem à maneira e costume de nobres para sua espiritual consolação desejam muito poder fazer, que o Sacro Santo Sacrifício da Missa se celebre nos Oratórios Privados das Casas de sua habitação. Pelo que acompanhamos aos mesmos Exponentes (?) com especiais favores e graças e absolvendo as suas singulares pessoas de quaisquer (...) Excomunhão (...) pensão e Interdicto e de outras quaisquer sentenças e Censuras Eclesiásticas (...) ainda que (...) qualquer ou causa se com (...) de qualquer sorte estão ligadas (...) por absolutas de todas por ordem das presentes tão somente para (...) delas se consiga inclinados as súplicas que (...) nome sobre este particular nos foram humildemente feitas presentes cometemos (?) e mandamos sua (...) que constando-se das (...) alegadas concedas a premissa (...) Apostólica (...) licença aos mesmos exponentes (?) para que esses e cada um deles em particular possa (...) que nos Oratórios privados existentes nas casas

de sua habitação na cidade do Bispado do Rio de Janeiro estando para efeito decentemente edificadas com muro e ornados ou que ainda (...) de fazer e ornar, sendo livres de todos os usos domésticos por ti primeiro visitados e aprovados e de tua licença que durara (...) se celebre cada dia (...) Missas contanto que alicerce (...) nas ditas casas não seja concedida a outrem e que (...) por qualquer sacerdote secular (...) por ti aprovado ou regular com licença de seus superiores sem (...) tudo de quaisquer direitos paroquiais, exceptuando-se os dias festivos da Páscoa da Ressurreição (...) e Natividade de Nosso Senhor Jesus Cristo e outras mais solenes do ano, e isto (...) presença de seus filhos consangüíneos e parentes por afinidade e nada mais famílias que habitam juntamente consigo na mesma casa enquanto aos Oratórios do campo (...) existem na Roça, que também sofrão livre e licitamente fazer se celebre na presença de seus nobres (...) as Constituições e Ordenações Apostólicas e outros quaisquer (...) Porém queremos que seus filhos e parentes (...) consanguinidade e afinidade referido tão somente possam (...) Missa estando presentes os mesmos exponentes nunca porem possam (...) celebrar e que os seus (...) que não (...) em obrigações no tempo da dita Missa e contudo de (...) a esta de nenhuma (...) se julguem livres da obrigação de ouvir Missa na Igreja nos dias festivos de Cristo. (...)

BA 158

Capela de Nossa Senhora da Conceição

Nome: Francisco Antunes Lima

Local: Jacutinga

Fazenda: Sarapuí. Ano: 1757

Francisco Antunes Lima

(...) celebrar na capela em 19 de dezembro de 1757.

(...) de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e sete (...) quinze de novembro deste ano nesta cidade do Rio de Janeiro (...) proposta de Francisco Antunes Lima (...) Ex. a qual (...) aceitei (...) a que a diante se segue de que fiz este termo (...) Marques Oficial Maior dada nessa (...)

p.2

Diz Francisco Antunes Lima (morador) no bairro de Sarapuí na Freguesia de Jacutinga que fazendo requerimento junto a V.Ex.R^{ma} (...) de dizer missa em sua capela (...) [corroído] sem se dizer nessa missa (...) preparou e ornou dentro foi Ex.Rma servido (...) aprova [corroído] de ereção e escritura de (...) capela (...) encontra (...) na Câmara (...) papais [corroído] podendo satisfazer (...) de ereção (...) da missa com licença dos Exmos (...) Prelados(...)

[ilegível]

Diferir-lhe (...) mais de agrado de D. ordenando-lhe por seu despeito e que mais há de cumprir para rezar e seguir a graça dita missa na referida capela de seu Engenho.

Por me achar impedido com moléstia não satisfiz pessoalmente ao despacho de sua Ex^a Rma assim mandei visitar a Capela de N. Sra.

p.2 verso

Da Conceição [corroído] a petição (...) Padre Diogo da Fonseca Varejão Presbítero Secular e morador nesta Freguesia e assistente em minha própria pousada por qual me informou que esteja a dita capela com decência e aceio suficiente para celebrar o Santo Sacrifício da Missa com todos os preparatórios necessários e não (...) só o que me noticiou de seu aceio mas outras muitas pessoas fidedignas das quais agrados a sua reedificação e a limpeza com o melhor (...) do inventário inclusive que dela pertence, o qual vai escrito pelo mesmo Padre que a visitou, e nela já se celebrou não só uma vez mas muitas tanto pelo dono dela que foi o padre Domingos Gomes (Torres), como por vários Sacerdotes Seculares e Regulares. Isto é o que publicamente consta e informa por nosso D.Ex. Rma determinará o que for servido. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga 26 de novembro de 1757. Vigário [sinal gráfico] Siqueira.

p.3

Inventário do que pertence a Capela de N. Sra. Da Conceição do Engenho da Conceição

Um: Imagem da Sra. Conceição nossa de dois palmos com seu dócil encarnado com dois Santos dos lados. Santo Antônio e São Francisco (...) dois palmos cada um.

Seis: Ramalhetes de malacaxeta novos com suas jarras

Seis: Castiçais de estanho nossos e uma pedra de Ara

Dois: Frontões. Um de damasco branco e encarnado e outro de verde em madeira

Um: cálice e uma patena tudo de prata

Um: Missal com duas estantes e uma caixa de hóstias

Três: Sacras e um par de galletas, e uma campainha e um sino grande

Um: Lavatório e um oratório com S. Cristo (...) na Sacristia

Três: (...) com as quatro cores e três cordões novos

Duas (...) de rendas finas e oito sanguinhos e seis purificadores

Três corporaes finos, três guardas com rendas e quatro (...) finos

Duas: (...) de lavatório na Sacristia

Uma lâmpada de latão nova e um confessionário

(...)

Pe.Diogo Varejão

p.3

Diz Francisco (...) Lima na seu engenho há pouco tempo comprou (...) Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga nesta uma capela publica e separada das casas de vivenda sobre (...) composta (...) a uma publica (...) cuja imagem(...) cada no altar [corroído] da capela aonde celebrarão [ilegível] os santos (...) de missa e (...) continuou depois por falta de [corroído] tudo agora [ilegível] e nela celebrar o santo sacrificio (...) de também é conveniente (...) continuada (...) padece e (...) sangue em pedido(..) missa (...) o povo daquela sua vizinhança os cravos (...) ficar distante da Freguesia (...) ficar sem missas em atenção

p.3 verso

Se puder dizer missa nesta capela (...)

p.4.

[corroído]

Nomeado apareceu presente Francisco Antunes Lima morador nesta Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga (...)

p.5

Sendo (...) visita que fez nesta capela o Pe Diogo da Fonseca Varejão (...) impedimento do Pároco (...) atenda a informação desta no que respeita a estar junta a mesma capela e de ter já celebrado nela muitas vezes o santo sacrifício da missa que esta com termos de se facultar ao (...) aliança que (...) visto invent[?] os ornamentos e o que tem necessários para se poder nela celebrar e vista também a (...) e não haver demolição nem mudança (...) capela: fazendo termo (...) do mesmo a que se obrigou para ser (...) para que toda a sua fazenda, além das terras doadas possa a qualquer (...) e obrigação de consertar, reparar a mesma capela, sempre pavimentar (...) com asseio capacidade d nela se celebrar (...) todos os juramentos necessários imperpetuem: sem embargo do que Vossa (...) mandará a que mais justo parecer

O Pro.dor da Missa

Antônio Corrêa

p.5.

[corroído]

Fazendo o (...) Francisco Antunes Lima (...) que diz (...) da missa na capela de que se trata sem prejuízo dos direitos paroquiais. Rio em 6 de dezembro de 1757